



Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

236  
JP

**Agravo Regimental na Apelação Cível nº 0337739-9**

**Agravante:** Reginaldo Antônio da Silva

**Advogada:** Efigênia Tabosa Cordeiro

**Agravado:** Município de Caruaru

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. REGIMENTAL RECEBIDO COMO RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL - PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL ORIUNDO DE MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO COLETIVA CONDENATÓRIA. PRESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO. MESMO PRAZO PRESCRICIONAL APLICADO À AÇÃO DE CONHECIMENTO. SÚMULA 150 DO STF. DECRETO 20.910/32. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O Supremo Tribunal Federal já firmou o entendimento sedimentado na Súmula 150, no sentido de que a execução prescreve no mesmo prazo da ação principal.

2. Desse modo, como as ações contra a Fazenda Pública prescrevem em 5 (cinco) anos, nos termos do Decreto 20.910/32, é evidente que houve, de fato, a consumação da prescrição da pretensão executiva da agravante, uma vez que a sentença que lhe deu origem transitou em julgado em 26/08/2003 e a presente liquidação de sentença só foi intentada em 2011, sendo plenamente aplicável ao caso em comento o comando do art. 219, § 5º do CPC.

3. Recurso não provido por unanimidade dos votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0337739-9, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na Sessão do dia 25/09/2014, à unanimidade de votos, em lhe negar provimento, nos termos do relatório e votos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. R. I.

Recife, 25/09/2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator**

07-0337739-9

5



237  
70

Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Agravo Regimental na Apelação Cível nº 0337739-9**

**Agravante:** Reginaldo Antônio da Silva

**Advogada:** Efigênia Tabosa Cordeiro

**Agravado:** Município de Caruaru

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Cuida-se de agravo regimental em face da decisão terminativa proferida em sede de apelação que manteve a sentença que extinguiu o processo, com resolução de mérito, com base no art. 219, § 5º c/c art. 269, IV, ambos do CPC, por entender que houve a consumação da prescrição quinquenal da pretensão executiva da parte ora apelante.

Alega o recorrente, em suas razões recursais de fls. 212/230, que não houve a consumação da prescrição da pretensão executiva, pois entende que o prazo prescricional começou a correr a partir da publicação no diário oficial do edital dando ciência aos interessados listados na ação civil que deu origem a presente liquidação de sentença, sobre a possibilidade dos mesmos promoverem a ação executiva do julgado que condenou a Edilidade apelada ao pagamento da diferença do salário mínimo, fato que ocorreu em 09/07/2009.

Por fim, afirma que o caso em comento é passível da incidência do art. 94 do CDC, em virtude da analogia e do Princípio da Publicidade dos atos processuais que encontram supedâneo legal nos artigos 126 do CPC e art. 5º, LX da CF/88, respectivamente.

Tenho por não exercer o meu juízo de retratação, de modo que apresento a matéria constante no presente recurso à apreciação desta Câmara Fazendária.

É o relatório.

Recife, 25/09 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

238  
70

**Agravo Regimental na Apelação Cível nº 0337739-9**

**Agravante:** Reginaldo Antônio da Silva

**Advogada:** Efigênia Tabosa Cordeiro

**Agravado:** Município de Caruaru

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

De proêmio, verifico que o recurso cabível contra a decisão terminativa monocrática fustigada é o Recurso de Agravo previsto no art. 557, §1º, do Código de Processo Civil e não o Agravo Regimental, vez que a decisão ora atacada foi baseada no art. 557, *caput* do CPC.

Não obstante, em homenagem ao princípio da instrumentalidade das formas (CPC, art. 244), e considerando que foram observados todos os pressupostos de admissibilidade, em especial a tempestividade, recebo o presente Agravo Regimental como se Recurso de Agravo fosse, aplicando à espécie o princípio da fungibilidade recursal, e assim dou regular prosseguimento ao feito e passo a apreciar a matéria trazida.

A controvérsia da presente demanda versa sobre ocorrência, ou não, da prescrição da pretensão executiva da parte apelante, decretada pelo togado singular, que entendeu que houve a sua consumação pelo fato da liquidação da sentença ter sido interposta quase 11 anos após o trânsito em julgado da decisão.

Da análise dos autos, tenho que não há qualquer reparo a ser feito no *decisum* ora apelado.

A questão central desta lide já foi por diversas vezes objeto de análise do STF, levando o Pretório Excelso a pacificar a matéria com a edição da Súmula 150 que instituiu que o prazo da prescrição da execução é igual ao da ação que a originou, senão vejamos:

**Súmula 150 do STF: "Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação".**

Ora, como as ações contra a Fazenda Pública prescrevem em 5 (cinco) anos é evidente que houve, de fato, a consumação da prescrição da pretensão executiva da apelante, uma vez que a

07-0337739-9

2



Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

sentença que lhe deu origem transitou em julgado em 26/08/2003 e a presente liquidação de sentença só foi intentada em 03/02/2014, sendo plenamente aplicável ao caso em comento o comando do art. 219, § 5º do CPC.

Esse tem sido o posicionamento adotado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, conforme podemos constatar no acórdão abaixo transcrito:

EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL ORIUNDO DE MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO COLETIVA CONDENATÓRIA. LEGITIMIDADE ATIVA DO SÍNDICATO. PRESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO. MESMO PRAZO PRESCRICIONAL APLICADO À AÇÃO DE CONHECIMENTO. SÚMULA 150 DO STF. DECRETO 20.910/32. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. EMBARGOS PROCEDENTES. 1. Os Sindicatos ostentam legitimidade para propor a liquidação e a execução de sentença proferida em ação coletiva condenatória, na qual atuaram como substitutos processuais, caso não promovidas pelos interessados, sendo dispensável a autorização expressa de cada um dos substituídos. 2. Sob o ângulo do prazo prescricional, a ação de execução segue a sorte da ação de conhecimento, na forma prevista na Súmula 150 do Pretório Excelso, segundo a qual prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação. 3. O título executivo judicial é proveniente de ação mandamental que postulava o pagamento, em trato sucessivo e mensal, aos integrantes da carreira de Policial Civil do ex-território do Acre, das gratificações previstas no art. 40. da Lei 9.266/96, sujeito, portanto, ao prazo prescricional de 5 anos previsto no art 10. do Decreto 20.910/32, contado a partir da data em que se tornou coisa julgada a decisão exequenda, ou seja, da data do ato ou fato demarcador da exigibilidade da obrigação. 4. Neste caso, transitada em julgado a decisão executada em 13.10.98 (fls. 54), a execução somente foi iniciada em 19.12.2008 (fls. 01), de sorte que inegável a incidência da prescrição quinquenal. 5. Embargos procedentes. Processo: EmbExeMS 4565 / DF EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA 2009/0045822-8 Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO órgão Julgador: S3 - TERCEIRA SEÇÃO Data do Julgamento: 14/12/2009

A tese trazida pela parte recorrente de que o prazo prescricional só deveria ter o seu início após a publicação do Edital dando ciência aos interessados listados na ação civil que deu origem a presente liquidação de sentença, sobre a possibilidade dos mesmos promoverem a ação executiva do julgado, não merece prosperar, primeiramente porque os incidentes citados pela parte apelante em sua peça recursal não têm o condão de interromper o curso do prazo prescricional. Segundo, porque a publicação do Edital só se deu em

07-0337739-9



239  
70

Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

09/07/2009, ou seja, quando já havia se consumado a prescrição, fato que ocorreu em 26/08/2008.

Desse modo, diante de todo o acima exposto, voto pelo desprovimento do presente recurso, mantendo-se os termos da decisão vergastada, por ela está em conformidade com Súmula do STF e com a jurisprudência do STJ, conforme demonstrado.

É como voto.

Recife, 25/09/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator